

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	71
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	72
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/12/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	394.693	412.128
1.01	Ativo Circulante	55.787	55.706
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	42	97
1.01.03	Contas a Receber	16.466	16.098
1.01.04	Estoques	17.550	17.690
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.528	14.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.528	14.633
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.839	1.996
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	514	16
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	2.325	1.980
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.362	5.192
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	14.362	5.192
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	14.362	5.192
1.02	Ativo Não Circulante	338.906	356.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	262	262
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	262	262
1.02.01.10.03	Depositos judiciais	262	262
1.02.02	Investimentos	42.012	42.012
1.02.02.01	Participações Societárias	42.012	42.012
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	42.012	42.012
1.02.03	Imobilizado	296.632	314.148
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	291.792	308.931
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.840	5.217

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/12/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	394.693	412.128
2.01	Passivo Circulante	650.407	657.665
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	841	636
2.01.01.01	Obrigações Sociais	841	636
2.01.02	Fornecedores	28.759	63.977
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.759	63.977
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.008	21.849
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.932	13.252
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.076	8.597
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	581.653	548.570
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	105.380	101.662
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	105.380	101.662
2.01.04.02	Debêntures	475.680	446.099
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	593	809
2.01.05	Outras Obrigações	24.146	22.633
2.01.05.02	Outros	24.146	22.633
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	24.146	22.590
2.01.05.02.05	Outros passivos	0	43
2.02	Passivo Não Circulante	98.721	77.009
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.836	4.858
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.836	4.858
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	4.836	4.858
2.02.02	Outras Obrigações	93.885	60.453
2.02.02.02	Outros	93.885	60.453
2.02.02.02.03	Fornecedores	51.274	13.050
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	758	5.550
2.02.02.02.05	Passivos com Partes Relacionadas	41.853	41.853
2.02.04	Provisões	0	11.698
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	11.698
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	11.698
2.03	Patrimônio Líquido	-354.435	-322.546
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-525.482	-493.593

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.126	54.815	32.148	65.889
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.526	-46.567	-20.289	-44.356
3.03	Resultado Bruto	3.600	8.248	11.859	21.533
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-543	5.602	-626	-2.056
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-897	-2.587	-632	-1.881
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	354	8.189	6	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-175
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.057	13.850	11.233	19.477
3.06	Resultado Financeiro	-18.322	-45.739	-26.959	-55.090
3.06.01	Receitas Financeiras	341	382	226	393
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.663	-46.121	-27.185	-55.483
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.265	-31.889	-15.726	-35.613
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.265	-31.889	-15.726	-35.613
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.265	-31.889	-15.726	-35.613
3.99.01.01	ON	-0,58	-1,22	0,6	-1,36

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.265	-31.889	-15.726	-35.613
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.265	-31.889	-15.726	-35.613

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.616	13.617
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.742	38.434
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-31.889	-35.613
6.01.01.02	Atualização de Empréstimos	4.750	5.513
6.01.01.03	Depreciação/Amortização	17.516	17.529
6.01.01.05	Atualização das Debêntures	16.997	27.981
6.01.01.06	Amortização do Custo das Debêntures	472	419
6.01.01.07	Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	835	659
6.01.01.08	Multa por atraso no pagamento de debêntures	16.637	19.216
6.01.01.09	Encargos financeiros sobre P&D	720	993
6.01.01.10	Provisão para contingências	-11.698	1.387
6.01.01.11	Atualização de arrendamento	402	350
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.601	61
6.01.02.01	Imposto a recuperar	10.105	-275
6.01.02.02	Depósitos vinculados - conta reserva	-9.170	7.909
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-498	-522
6.01.02.04	Contas a receber	-368	-867
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-4
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-345	222
6.01.02.07	Estoques	140	1.781
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-11.633	-4.542
6.01.02.09	Fornecedores	3.006	-2.950
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	205	-297
6.01.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	0	-402
6.01.02.12	Outros passivos	-43	8
6.01.03	Outros	-4.525	-24.878
6.01.03.01	Pagamento de debêntures (juros)	-4.524	-24.863
6.01.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamentos (Juros)	-1	-15
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-168
6.02.01	No imobilizado	0	-168
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.671	-1.848
6.03.01	Pagamentos de empréstimos (Principal)	-1.031	-1.242
6.03.02	Pagamento arrendamento mercantil	-640	-606
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-55	11.601
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	97	1.704
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	42	13.305

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-493.593	0	-322.546
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-31.889	0	-31.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-31.889	0	-31.889
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-525.482	0	-354.435

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-389.631	0	-218.584
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-389.631	0	-218.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.613	0	-35.613
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.613	0	-35.613
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-425.244	0	-254.197

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	69.538	73.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.368	73.661
7.01.02	Outras Receitas	623	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	7.547	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.286	-24.776
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.409	-5.962
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.877	-18.814
7.03	Valor Adicionado Bruto	48.252	48.885
7.04	Retenções	-17.516	-15.943
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.736	32.942
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	382	412
7.06.02	Receitas Financeiras	382	412
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.118	33.354
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.118	33.354
7.08.01	Pessoal	3.093	3.188
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.948	2.142
7.08.01.02	Benefícios	982	871
7.08.01.03	F.G.T.S.	163	175
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.660	8.848
7.08.02.01	Federais	5.660	8.847
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	54.254	56.931
7.08.03.01	Juros	46.106	55.555
7.08.03.02	Aluguéis	8.148	1.376
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-31.889	-35.613
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-31.889	-35.613

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Igarassu, Pernambuco, 15 de agosto de 2020 - A Termelétrica Pernambuco III S.A. (Pernambuco III, Companhia ou UTE PEIII) anuncia os resultados referente ao período de 3 e 6 meses findo em 30 de junho de 2020 (2T20 e 1S20, respectivamente). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de Reais (R\$).

RELEASE DE RESULTADOS

2T2020

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Destaques

Operacional

- A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2020 com 22 motores disponíveis, em um claro sinal do engajamento e diligência com a recuperação e preservação do ativo.
- Em 22 de abril de 2020, foi testada com sucesso a Unidade Geradora nº 16, sendo o 22º motor recuperado, restando assim apenas uma unidade geradora, para que o ativo permaneça 100% disponível.

Regulatório

- Em 29 de abril de 2020, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando sobre a revogação da decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), com isso o faturamento da receita fixa operacional de abril de 2020 foi retido pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.
- Em abril de 2020, foi efetivada a operação de compra de lastro da Companhia objetivando a recomposição de energia devido a indisponibilidade do motor e para fazer frente a insuficiência de lastro acumulada nos últimos 12 meses.

Financeiro

- A receita operacional bruta encerrou o 2T20 em R\$ 30,4 milhões (-15,8% vs. 2T19) frente a R\$ 36,1 milhões no 2T19. Esta redução explica-se pela menor receita fixa apurada no período, fruto das retenções de receita derivadas das penalidades por ADOMP.
- A receita líquida encerrou o 2T20 com R\$ 27,1 milhões (-15,6% vs. 2T19) frente a R\$ 32,1 milhões no 2T19, impactada pelos efeitos das glosas na receita fixa.
- Os Custos Operacionais apresentaram incremento de R\$ 2,8 milhões em relação ao 2T19 (+13,7% vs. 2T19), impactado pelo efeito de compra de energia no mercado de curto prazo (R\$ 1 milhão) e recomposição de lastro (R\$ 2,5 milhões).

Relações com Investidores

ri@utepeiii.com.br
www.utepeiii.com.br
(11) 4130-3855

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**TERMELETRICA PERNAMBUCO III S.A.**

CNPJ 10.502.676/0001-37



- O lucro bruto do 2T20 atingiu R\$ 3,6 milhões frente a R\$ 11,9 milhões no 2T19 uma redução percentual de 69,6%, já a margem bruta do 2T20 foi de 11,8% frente a 32,8% no 2T19, ambos impactados pelos resultados negativos ocorridos em conjunto, de menor receita e maior custo do período.
- O EBITDA do 2T20 foi de R\$ 11,8 milhões, uma redução de R\$ 7,4 milhões (-38,4%) em relação ao 2T19 que foi de R\$ 19,2 milhões. O resultado operacional da Companhia foi fortemente impactado pela menor entrada de recursos no período, concomitante ao seu aumento de custos operacionais para fazer frente às exigências regulatórias enfrentadas no período.

Debêntures

- O saldo devedor das debêntures aumentou em R\$ 58,2 milhões no 2T20, passando de R\$ 417,5 milhões no 2T19 para R\$ 475,7 milhões no 2T20, decorrente do incremento de capitalização de juros, correção monetária e multa pelo atraso no pagamento do saldo devedor.
- Nos dias 1º, 09, 17, 30 de abril, 12 e 27 de maio, 03, 11, 22 e 29 de junho de 2020 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para tratar sobre os efeitos do Vencimento Antecipado Automático das debêntures de Pernambuco III. A Companhia, juntamente com seus debenturistas, segue empenhada em encontrar a solução mais adequada a respeito do acordo entre as partes.
- Nos dias 29 de abril e 05 de junho de 2020, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, na qual foi realizado o acordo temporário entre Companhia e Debenturistas.

Eventos Subsequentes Relevantes

- No dia 11 de agosto de 2020, a Companhia, presando pelas melhores práticas de mercado, emitiu Aviso aos Debenturistas informando sobre o processo de cadastramento das debêntures da 1ª emissão no sistema da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTM (“B3”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



1. Cenário Macroeconômico e Mercado de Energia Elétrica

O Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2020 apresentou retração de 11,2%, conforme a primeira prévia do Indicador de Atividade Econômica (IAE) de junho, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse percentual representa um recuo de 11,7% em relação ao segundo trimestre de 2019 e foi impactado principalmente pela queda no mês de abril, uma vez que, isoladamente em junho, o IAE registrou alta de 0,7% ante maio.

O resultado do PIB do trimestre foi afetado pela pandemia do novo Coronavírus, que começou a impactar a economia de forma mais intensa a partir de meados de março, quando foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e os estados brasileiros começaram a anunciar medidas de distanciamento social. Diante deste novo cenário, o mercado financeiro passou a estimar uma forte recessão para este ano, tendo o Banco Central informado, que em seu cenário básico, pressupõe-se *“queda forte do PIB na primeira metade deste ano”*, seguida de uma modesta recuperação a partir do terceiro trimestre de 2020.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, foi de 0,26% em junho, e ficou 0,25 ponto percentual acima da taxa de junho de 2019 (0,01%). A taxa é a maior desde dezembro de 2019.

O Comitê de Políticas Monetária (COPOM) decidiu, ao longo do primeiro semestre, por reduzir a taxa básica de juros (Selic) para 3,75% a.a. ao final de março e para 2,25% a.a. em junho, com o objetivo de estimular a economia visto o baixo crescimento econômico. A taxa Selic no início de 2020 era de 4,5% a.a.

No que diz respeito a taxa de desemprego no país, no segundo trimestre deste ano a taxa atingiu 13,3%, o que representa 1,1 ponto percentual a mais na comparação com o primeiro trimestre de 2020 (12,2%) e 1,3 ponto percentual a mais na comparação com o segundo trimestre do ano anterior (12,0%).

O consumo total de energia elétrica no país no segundo trimestre de 2020 reduziu 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Essa redução é resultante dos impactos da pandemia do novo Coronavírus, refletindo as medidas de prevenção e distanciamento social que atingiram o país, e que resultaram na redução da atividade comercial em todos os estados brasileiros.

Segundo o relatório COVID-19 do Ministério de Minas e Energia publicado em 03 de agosto de 2020, a carga média do SIN, nos 30 dias anteriores, foi 0,2% superior ao mesmo período de 2019, e a inadimplência nos últimos 60 dias atingiu 0,73% contra a média mensal do ano de 2019 de 1,94%. Já a inadimplência acumulada desde 18 de março de 2020 alcançou 6,60%. O impacto estimado da COVID-19 acumulado desde 18 de março de 2020 foi de R\$ 12,7 bilhões, sendo R\$ 4,0 bilhões devido ao aumento da inadimplência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



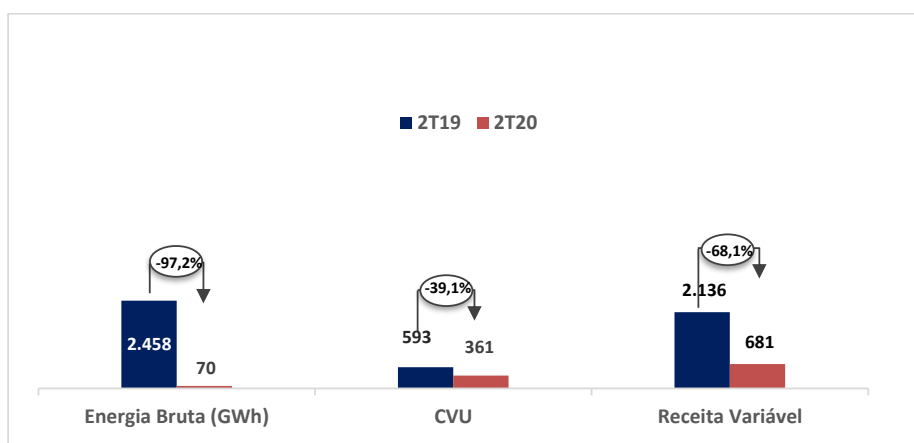
2. Aspectos Operacionais

No 2T20, a Pernambuco III apresentou uma redução de 97,2% de geração em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, partindo de 2.458 MWh no 2T19 para 70 MWh no 2T20. Esse expressivo recuo da geração de energia se deu em razão do não despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), além dos efeitos da Covid-19 em todo o setor elétrico.

A queda da carga do sistema, devido ao momento da epidemia do Covid-19, também refletiu na revisão dos valores para o ano de 2020, e consequentemente na geração de energia das usinas, pois o impacto da parada das indústrias e comércio fez com que o nível de consumo caísse de forma considerável.

O Custo Variável Unitário (CVU) médio do trimestre também acompanhou essa redução, passando de R\$ 593,14 no 2T19 para R\$ 361,34 no 2T20, um recuo de 39,1%.

Gráfico 1: Energia Bruta, CVU e Receita Variável - 2T20 vs. 2T19



Em continuidade ao projeto de recuperação de motores iniciado em 2019, a Companhia prosseguiu com o processo de recuperação de seus equipamentos (*“Overhaul”*), apresentando expressiva melhora na disponibilidade do número de motores em operação.

No 2T19 verifica-se 13 motores disponíveis versus 22 motores disponíveis no 2T20, um avanço de 69% no número de motores em disponibilidade.

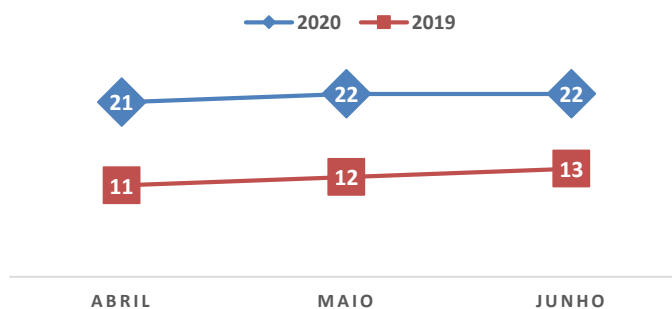
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Gráfico 2: Número de motores disponíveis 2T20 e 2T19



No segundo trimestre de 2020 a Termelétrica Pernambuco III não adquiriu óleo HFO para geração solicitada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e adquiriu em maio e junho óleo diesel (LFO) para aquecimento das caldeiras. O montante adquirido foi de R\$ 0,2 milhões, equivalente a 60 mil litros.

O *Platts* do 2T20 passou por uma desvalorização de 55,8% em relação ao mesmo período de 2019, passando de R\$ 67,33 no 2T19 para R\$ 29,76 no 2T20, impactado principalmente pela redução do preço do Petróleo no mercado internacional. Já o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) na região Nordeste teve uma redução de 19,4%, atingindo R\$ 49,48 no 2T20 versus R\$ 61,37 no 2T19.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



3. Desempenho Econômico-Financeiro

	2T2020	2T2019	Δ R\$	Δ %	1S2020	1S2019	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	30.418	36.110	(5.692)	-15,8%	65.443	73.661	(8.218)	-11,2%
Descontos s/ vendas	-	-	-	0,0%	(4.074)	-	(4.074)	0,0%
Impostos e taxas	(3.292)	(3.962)	670	-16,9%	(6.554)	(7.772)	1.218	-15,7%
Receita operacional líquida	27.126	32.148	(5.022)	-15,6%	54.815	65.889	(11.074)	-16,8%
(-) Custos operacionais	(23.526)	(20.289)	(3.237)	16,0%	(46.567)	(44.356)	(2.211)	5,0%
Lucro Bruto	3.600	11.859	(8.259)	-69,6%	8.248	21.533	(13.285)	-61,7%
Margem bruta	11,8%	32,8%		-21 p.p.	12,6%	29,2%		-17 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(897)	(632)	(265)	41,9%	(2.587)	(1.881)	(706)	37,5%
Outras (despesas) receitas	354	6	348	5800,0%	8.189	(175)	8.364	-4779,4%
Resultado operacional antes dos efeitos fin.	3.057	11.233	(8.176)	-72,8%	13.850	19.477	(5.627)	-28,9%
Despesas financeiras	(18.663)	(27.185)	8.522	-31,3%	(46.121)	(55.483)	9.362	-16,9%
Receitas financeiras	341	226	115	50,9%	382	393	(11)	-2,8%
Resultado financeiro líquido	(18.322)	(26.959)	8.637	-32,0%	(45.739)	(55.090)	9.351	-17,0%
Prejuízo antes do IR e CS	(15.265)	(15.726)	461	-2,9%	(31.889)	(35.613)	3.724	-10,5%
IRPJ/CSLL diferido	-	-	-	0,0%	-	-	-	n.a.
Prejuízo do período	(15.265)	(15.726)	461	-2,9%	(31.889)	(35.613)	3.724	-10,5%

	2T2020	2T2019	Δ R\$	Δ %	1S2020	1S2019	Δ R\$	Δ %
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	18.322	26.959	(8.637)	-32,0%	45.739	55.090	(9.351)	-17,0%
(+) depreciação, amortização e exaustão	8.758	7.947	811	10,2%	17.516	15.942	1.574	9,9%
EBITDA	11.815	19.180	-7.365	-38,4%	31.366	35.419	-4.053	-11,4%
Margem EBITDA	43,6%	59,7%		-16 p.p.	57,2%	53,8%		03 p.p.

3.1 Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta do 2T20 encerrou no patamar de R\$ 30,4 milhões frente a R\$ 36,1 milhões no 2T19, (-15,8% e R\$ 5,7 milhões vs. 2T19). Esta redução explica-se pela menor receita fixa no 2T20, que encerrou o trimestre com R\$ 29,7 milhões frente a R\$ 34 milhões no 2T19, uma redução de R\$ 4,2 milhões. A receita fixa do trimestre foi impactada pelas penalidades em razão do ADOMP. Outro fator que contribuiu para a menor receita bruta do 2T20 foi a redução de R\$ 1,4 milhões na receita variável (-68,1% vs. 2T19), passando de R\$ 0,7 milhões no 2T20 para R\$ 2,1 milhões no 2T19, essa redução decorre da menor necessidade de despacho demanda pelo ONS.

Em relação a receita operacional bruta apurada no semestre (1S20), verifica-se uma redução de R\$ 8,2 milhões (-11,2% vs. 1S19), impactada, sobretudo, pela menor receita fixa do 2º trimestre, conforme explicado acima e pela menor receita variável de R\$ 3,2 milhões, reflexo da menor necessidade de despacho da usina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



3.2 Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do 2T20 totalizou R\$ 27,1 milhões, uma redução de 15,6% e R\$ 5 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior (R\$ 32,1 milhões no 2T19), impactada pela retenção do faturamento da receita fixa operacional de abril de 2020

No primeiro semestre de 2020 (1S20), a receita líquida foi de R\$ 54,8 milhões, uma redução de R\$ 11,1 milhões ou -16,8% em relação ao mesmo período de 2019 (1S19). O desconto de ADOMP, ocorrido em março de 2020 de R\$ 4 milhões contribuiu com a menor apuração de receita no período, enquanto não houve impacto no 1S19.

Já os impostos e taxas reduziram em R\$ 0,7 milhões e R\$ 1,2 milhões no 2T20 e 1S20, respectivamente, reflexo da menor receita fixa apurada nos períodos.

3.3 Custos Operacionais

Os custos operacionais do 2T20 encerraram em R\$ 23,5 milhões (+16% vs. 2T19). O aumento de R\$ 3,2 milhões em relação ao 2T19 deve-se a dois fatores principais: (i) compra de energia no mercado de curto prazo e compra de lastro que ocorreram em abril, com o objetivo de evitar penalidades futuras, totalizando um incremento de R\$ 3,6 milhões; e (ii) aumento do custo de armazenagem de R\$ 0,4 milhões, referente ao reajuste contratual do serviço de estocagem de óleo.

Em relação aos custos operacionais do 1S20, houve um aumento de R\$ 2,2 milhões em relação ao primeiro semestre de 2019, também explicado pelo aumento dos custos de aquisição de energia de R\$ 3,6 milhões. Caso expurgássemos o efeito do custo com recomposição de energia, os custos totais do 1S20 apresentariam uma redução de 3,1% em relação ao 1S19.

3.4 Resultado Bruto e Margem Bruta

A Companhia encerrou o segundo trimestre de 2020 com o resultado bruto de R\$ 3,6 milhões (vs. R\$ 11,9 milhões no 2T19), o que representa uma margem bruta de 11,8% (vs. 32,8% no 2T19), sendo uma redução nominal de R\$ 8,3 milhões e -69,6%. Esse impacto no resultado é explicado devido a duas operações que atingiram sobremaneira os resultados da Companhia: (i) a redução de R\$ 5 milhões na receita operacional líquida do período e o incremento de R\$ 3,2 milhões nos custos operacionais, reflexo da operação de compra de energia ocorrida em abril de 2020.

O resultado bruto do 1S20 acompanhou a mesma métrica do 2T20, sendo ainda mais impactado pelos descontos do ADOMP ocorrido em março de 2020 e que reduziram o faturamento líquido da Companhia em R\$ 11,1 milhões. O resultado do 1S20 encerrou no patamar de R\$ 8,2 milhões e margem bruta de 12,6% (vs. R\$ 21,5 milhões no 1S19 e margem bruta de 29,2%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



3.5 Despesas Gerais e Administrativas

No 2T20, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 0,9 milhões (vs. R\$ 0,6 milhões no 2T19), um aumento nominal de R\$ 0,3 milhões em relação ao 2T19. O aumento das despesas gerais e administrativas no período explica-se pelo incremento da rubrica de serviços de terceiros, impactada pelo pagamento com honorários sucumbenciais de R\$0,7 milhões reais relativo ao processo com o fornecedor Petrobras (BR).

Em relação ao 1S20, as despesas administrativas acompanharam o mesmo aumento de R\$ 0,7 milhões ocorrido no trimestre (R\$ 2,6 milhões 1S20 vs. R\$ 1,9 milhões 1S19), causado pelo pagamento com honorários sucumbenciais. Além disso, a rubrica de despesas com pessoal no 1S20 gerou um incremento de R\$ 0,2 milhões em relação ao 1S19, fruto da ocorrência no pagamento de conselho de administração e diretoria da Companhia, a qual não ocorreu em 2019.

3.6 Outras Receitas (Despesas)

A rubrica de outras receitas (despesas) encerrou o 1S20 em R\$ 8,2 milhões, frente a R\$ -0,2 milhões no 1S19. Esse aumento de R\$ 8,4 milhões ocorreu em razão do lançamento da reversão de provisão para contingência referente ao processo cível de ações de cobrança de fornecedores em que solicitam indenização e encerramento da prestação de serviços.

3.7 EBITDA e EBITDA Ajustado

	2T2020	2T2019	Δ R\$	Δ %	1S2020	1S2019	Δ R\$	Δ %
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	18.322	26.959	(8.637)	-32,0%	45.739	55.090	(9.351)	-17,0%
(+) depreciação, amortização e exaustão	8.758	7.947	811	10,2%	17.516	15.942	1.574	9,9%
EBITDA	11.815	19.180	-7.365	-38,4%	31.366	35.419	-4.053	-11,4%
Margem EBITDA	43,6%	59,7%	-16 p.p.		57,2%	53,8%	03 p.p.	

	2T2020	2T2019	Δ R\$	Δ %	1S2020	1S2019	Δ R\$	Δ %
EBITDA	11.815	19.180	(7.365)	-38%	31.366	35.419	(4.053)	-11%
Reversão DOMP	-	-	-	-	4.074	-	4.074	-
EBITDA Ajustado	11.815	19.180	(7.365)	-38%	35.440	35.419	21	0%
Margem EBITDA Ajustado	43,6%	59,7%	-16 p.p.		64,7%	53,8%	11 p.p.	

O EBITDA do 2T20 totalizou R\$ 11,8 milhões, o que representa uma redução de R\$ 7,4 milhões em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 19,2 milhões no 2T19). Em termos do EBITDA Ajustado do 1S20, ao retirar o efeito do desconto de ADOMP sobre a receita bruta, a Companhia encerrou o período acumulado com uma margem operacional de R\$ 35,4 milhões e 64,7% de margem, (vs. R\$ 35,4 milhões e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



53,8% de margem no 1S19). A melhora do EBITDA ajustado explica-se pela reversão do impacto dos descontos de ADOMP ocorridos no 1º semestre de 2020 e não se repetido no 1S19.

4. Endividamento Financeiro

4.1 Posição da Dívida e Alavancagem Financeira

O endividamento da Companhia é basicamente composto por debêntures públicas e saldo de conta garantida de óleo combustível, que foi transferido para uma Cédula de Crédito Bancário (CCB).

Em junho de 2020, a dívida consolidada da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu R\$ 581 milhões, montante 6,1% superior ao saldo de relativo ao exercício de 2019 de R\$ 547,7 milhões. Cerca de 80% do endividamento financeiro é indexado ao IPCA, e os 20% restante são indexados ao CDI.

A Termelétrica Pernambuco III encerrou o 2T20 com uma dívida líquida de R\$ 581 milhões, o que representa uma alavancagem de 14.7x (dívida líquida ÷ EBITDA dos últimos 12 meses).

	30.06.2020	31.12.2019
(+) Total de disponibilidades	42	97
Caixa	38	24
Aplicações Financeiras	4	73
(-) Total de empréstimos e financiamentos	581.060	547.761
(=) Disponibilidade (dívida) líquida	(581.018)	(547.664)
Ebitda (últimos 12 meses)	39.629	
Dívida líquida/Ebitda	14,7x	

4.2 Perfil da Dívida

Os gráficos abaixo apresentam o saldo de dívidas segregados por fonte de captação e por indexador.

Gráfico 3: Composição da Dívida Total (em milhares)

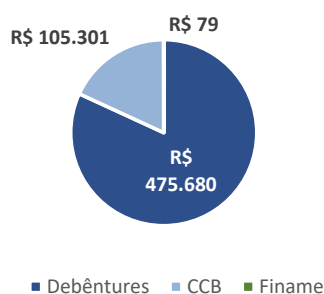
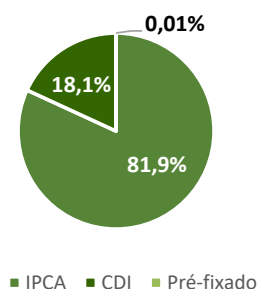


Gráfico 4: Composição da Dívida Total por Indexador (%)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



5. Debêntures (ICVM 400)

Em 15 de novembro de 2013, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III.

O valor total da emissão foi de R\$ 300 milhões, divididos em 4 séries de 75.000 debêntures cada e os custos financeiros são de 9,11% ao ano, mais a variação do IPCA.

A operação está garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia oriunda da receita variável; alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pelas Mesa Participações S.A. e alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

5.1 Vencimento Antecipado

Houve declaração do Vencimento Antecipado das debêntures em 01 setembro de 2017, devido a impossibilidade de geração de caixa operacional para honrar seus compromissos, a Companhia deixou de efetuar o pagamento do saldo remanescente das amortizações e juros em atraso da 2ª, 3ª e 4ª Séries.

Em 14 de setembro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores referentes aos recebidos da Companhia em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017, de modo a permitir a continuidade operacional do ativo.

Em 17 de outubro de 2017 houve Decisão de Tutela Antecipada pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, determinado a liberação mensal de R\$ 7,5 milhões para que a Companhia possa honrar seus pagamentos junto aos seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com as atividades, até a liberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

5.2 Homologação Acordo Temporário

Em 09 de agosto de 2018 conforme deliberação em AGD e Fato Relevante divulgado na mesma data, foi firmado acordo entre Companhia e representantes dos Debenturistas (assessores jurídico e financeiro), visando a suspensão temporária no Processo N°. 1091118-41.2017.8.26.0100 em trâmite na 24ª Vara Cível de SP, até 09 de fevereiro de 2019, com possibilidade de prorrogação do prazo, a depender do andamento das negociações para repactuação da dívida.

O acordo propõe a repartição dos recursos creditados a título de receita fixa, cedida fiduciariamente aos Debenturistas da seguinte maneira: 66,17% dos valores depositados mensalmente serão revertidos à

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Pernambuco III para continuidade operacional da Companhia e 33,83% dos valores depositados mensalmente serão revertidos aos debenturistas com o intuito de amortizar o saldo devedor da dívida e formação do fundo para cobertura de despesas.

5.3 Renovação do Acordo Temporário

Em 23 de janeiro de 2019, conforme deliberação em AGD e Fato Relevante divulgado em 04 de fevereiro de 2019, foi realizada renovação do acordo temporário entre Pernambuco III e Debenturistas a contar do dia 08 de fevereiro de 2019, por mais três meses, até dia 08 de maio de 2019 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

5.4 Prorrogações do Acordo Temporário

Em 17 de abril de 2019, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 10 de março de 2020, mantendo o acordo vigente até o término do exercício de 2019 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Em 19 de fevereiro de 2020, conforme deliberação em AGD, foi firmada nova prorrogação do Acordo Temporário por mais 6 meses, a contar de 10 de março de 2020 válido até 10 de setembro de 2020, nos mesmos termos já firmados anteriormente.

5.5 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 06, 19 e 28 de fevereiro, 30 de março, 29 de abril e 05 de junho de 2020, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data, na qual foi realizada a prorrogação do acordo temporário entre Companhia e Debenturistas até 10 de setembro de 2020. O detalhamento dos valores pagos foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

5.6 Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 22 de janeiro, 12 e 19 de fevereiro, 04 e 17 de março, 1º, 09, 17 e 30 de abril, 12 e 27 de maio, 03, 11, 22 e 29 de junho de 2020, houve a realização de Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGD's") para tratar dos termos da prorrogação do acordo temporário entre a Companhia e os detentores das Debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 16 de Debêntures das Informações Contábeis Intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2020.

6. Eventos Subsequentes

6.1 Fato Relevante

Em 24 de junho e 25 de julho de 2020 a Companhia emitiu Fatos Relevantes, em decorrência da pandemia do COVID-19 e nos termos da Instrução CVM nº 625/2020 (“ICVM 625”), informando sobre a realização das Assembleias Gerais de Debenturistas (“AGD’s”) dos dias 29 de junho e 30 de julho nos modelos exclusivamente digital e parcialmente digital, respectivamente. Os referidos Fatos Relevantes foram publicados nos jornais Diário Oficial de Pernambuco e Diário Comercial de São Paulo, e estão disponíveis, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

6.2 Aviso aos Debenturistas

No dia 11 de agosto de 2020, a Companhia emitiu Aviso aos Debenturistas informando sobre o processo de recadastramento das debêntures da 1ª emissão no sistema da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTM (“B3”), o qual possibilitará o registro das Debêntures em nome do respectivo titular que esteja com o cadastro devidamente atualizado na B3, bem como a oportuna liquidação do pagamento de eventos devidos pela Companhia.

O referido Aviso foi publicado nos jornais Diário Oficial de Pernambuco e Diário Comercial de São Paulo, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

6.3 Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 15 e 30 de julho e 14 de agosto de 2020, houve a realização de assembleias para tratar dos termos do acordo temporário vigente até 10 de setembro de 2020. Os assuntos deliberados nas referidas assembleias estão detalhados na Nota Explicativa 25 de Eventos Subsequentes das Informações Contábeis Intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2020.

Em 28 de agosto de 2020, será reaberta a assembleia para que os Debenturistas possam rever os prazos e as condições de renovação dos termos do acordo das debêntures de Pernambuco III.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



6.4 Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 07 de julho e 07 de agosto de 2020, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, *na íntegra*, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Anexo I – Balanço Patrimonial

	30.06.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	55.787	55.706
Caixa e equivalentes de caixa	42	97
Contas a receber	16.466	16.098
Tributos a recuperar	4.528	14.633
Estoques	17.550	17.690
Depósitos vinculados - contas reserva	14.362	5.192
Despesas antecipadas	514	16
Adiantamento a fornecedores	2.325	1.980
Ativo Não circulante	338.906	356.422
Depósitos judiciais	262	262
Partes relacionadas	42.012	42.012
Imobilizado	291.792	308.931
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	4.840	5.217
Total do Ativo	394.693	412.128
	30.06.2020	31.12.2019
Passivo Circulante	650.407	657.665
Fornecedores	28.759	63.977
Obrigações tributárias	15.008	21.849
Obrigações sociais e trabalhistas	841	636
Debêntures	475.680	446.099
Empréstimos e financiamentos	105.380	101.662
Arrendamento Mercantil	593	809
Pesquisa e desenvolvimento	24.146	22.590
Outros passivos	-	43
Passivo Não circulante	98.721	77.009
Fornecedores	51.274	13.050
Obrigações tributárias	758	5.550
Partes relacionadas	41.853	41.853
Arrendamento Mercantil	4.836	4.858
Passivos contingentes	-	11.698
Patrimônio Líquido	(354.435)	(322.546)
Capital social	171.047	171.047
Prejuízos acumulados	(525.482)	(493.593)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	394.693	412.128

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
CNPJ 10.502.676/0001-37



Aviso Legal

Esse documento foi preparado pela Termelétrica Pernambuco III S.A. tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização da Companhia.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até esta data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Informações Contábeis Intermediárias referente ao período findo em 30 de junho de 2020.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 11 4130-3855.

Notas Explicativas



14/agosto/2020

À: Termelétrica Pernambuco III S.A.
À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório sobre a revisão de informações trimestrais nº 208CK-003-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 30 de junho de 2020.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

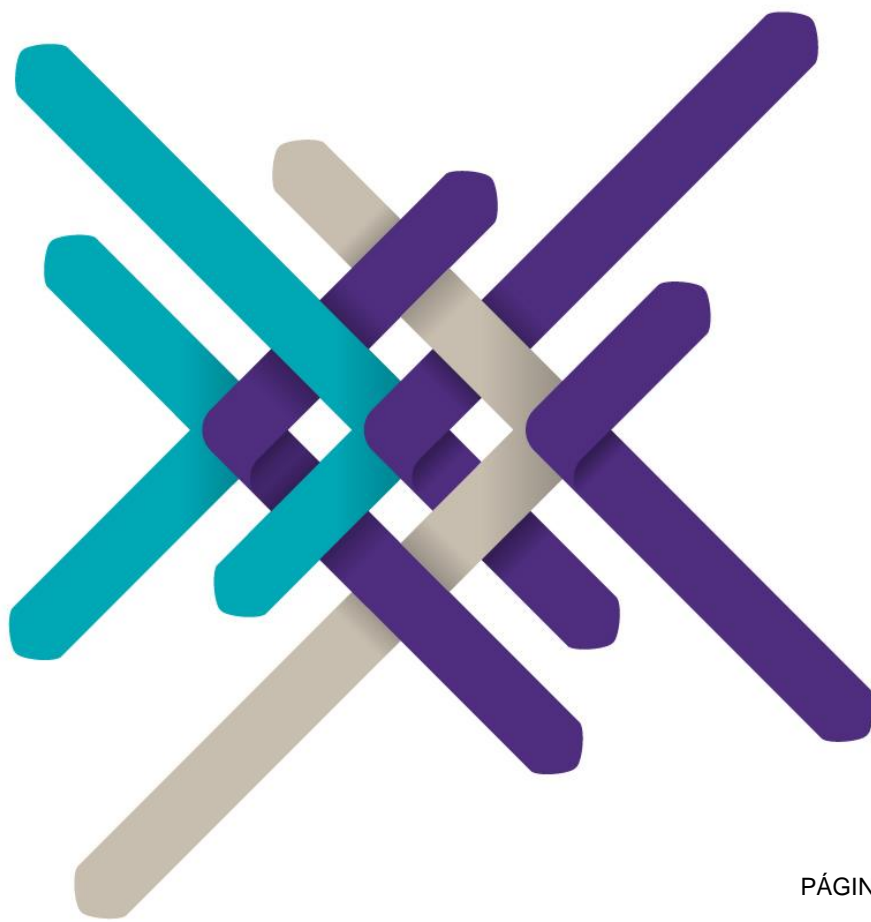
Notas Explicativas



Termelétrica Pernambuco III S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de junho de 2020



Notas Explicativas



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2020	12

Notas Explicativas



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Igarassu – PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários.

Notas Explicativas



Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 30 de junho de 2020 um montante total de prejuízo de R\$ 525.482 mil, e nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 594.620 mil. A Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia e foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as informações intermediárias em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisadas por outro auditor independente, cujos relatórios, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2020 e 29 de novembro de 2019, respectivamente, contendo parágrafos de ênfase sobre os assuntos: **(i)** "Incerteza relevante sobre continuidade operacional"; e **(ii)** "Processo de Investigação Independente", apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 14 de agosto de 2020

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edinilson Attizani".

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balço patrimonial em
30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30.06.2020	31.12.2019	Passivo	Nota	30.06.2020	31.12.2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	42	97	Fornecedores	11	28.759	63.977
Contas a receber	4	16.466	16.098	Obrigações tributárias	12	15.008	21.849
Tributos a recuperar	5	4.528	14.633	Obrigações sociais e trabalhistas		841	636
Estoques	6	17.550	17.690	Debêntures	16	475.680	446.099
Depósitos vinculados - contas reserva	7	14.362	5.192	Empréstimos e financiamentos	13	105.380	101.662
Despesas antecipadas		514	16	Arrendamento Mercantil	9	593	809
Adiantamento a fornecedores		2.325	1.980	Pesquisa e desenvolvimento	14	24.146	22.590
				Outros passivos		-	43
Total do ativo circulante		55.787	55.706	Total do passivo circulante		650.407	657.665
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	17	262	262	Fornecedores	11	51.274	13.050
Partes relacionadas	14	42.012	42.012	Obrigações tributárias	12	758	5.550
Imobilizado	8	291.792	308.931	Partes relacionadas	15	41.853	41.853
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	9	4.840	5.217	Arrendamento Mercantil	9	4.836	4.858
				Provisão para passivo contingentes	17	-	11.698
Total do ativo não circulante		338.906	356.422	Total do passivo não circulante		98.721	77.009
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Capital social	18	171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(525.482)	(493.593)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(354.435)	(322.546)
Total do ativo		394.693	412.128	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		394.693	412.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstração do resultado para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta	65.443	73.661	30.418	36.110
Fixa	63.670	68.635	29.737	33.974
Variável	1.773	5.026	681	2.136
Deduções da receita operacional bruta	(10.628)	(7.772)	(3.292)	(3.962)
Receita operacional líquida	19 54.815	65.889	27.126	32.148
Custos operacionais	20 (46.567)	(44.356)	(23.526)	(20.289)
Lucro bruto	8.248	21.533	3.600	11.859
Outras receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	21. a (2.587)	(1.881)	(897)	(632)
Outras receitas (despesas), líquidas	21. b 8.189	(175)	354	6
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.602	(2.056)	(543)	(626)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	13.850	19.477	3.057	11.233
Despesas financeiras	(46.121)	(55.483)	(18.663)	(27.185)
Receitas financeiras	382	393	341	226
Resultado financeiro, líquido	22 (45.739)	(55.090)	(18.322)	(26.959)
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social	(31.889)	(35.613)	(15.265)	(15.726)
Prejuízo do período	(31.889)	(35.613)	(15.265)	(15.726)
Prejuízo básico por ação (em reais)	18 (1,22)	(1,36)	(0,58)	(0,60)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstração do resultado abrangente para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019**

(Em milhares de reais)

Nota	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do período	(31.889)	(35.613)	(15.265)	(15.726)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(31.889)</u>	<u>(35.613)</u>	<u>(15.265)</u>	<u>(15.726)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstração das mutações do patrimônio líquido
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	171.047	(493.593)	(322.546)
Prejuízo do período	-	(31.889)	(31.889)
Saldos em 30 de junho de 2020	171.047	(525.482)	(354.435)
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	171.047	(389.631)	(218.584)
Prejuízo do período	-	(35.613)	(35.613)
Saldos em 30 de junho de 2019	171.047	(425.244)	(254.197)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para os trimestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Prejuízo antes do IR e da CS	(31.889)	(35.613)
Atualização de empréstimos	4.750	5.513
Atualização de debêntures	16.997	27.981
Atualização de arrendamento	402	350
Multa por atraso no pagamento de debêntures	16.637	19.216
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	835	659
Encargos financeiros sobre P&D	720	993
Provisão para contingências	(11.698)	1.387
Amortização do custo de transação das debêntures	472	419
Amortização - arrendamento	377	395
Depreciação	17.139	17.134
	<u>14.742</u>	<u>38.434</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber	(368)	(867)
Tributos a recuperar	10.105	(275)
Estoques	140	1.781
Depósitos vinculados - contas reserva	(9.170)	7.909
Despesas antecipadas	(498)	(522)
Adiantamento a fornecedores	(345)	222
Depósitos judiciais	-	(4)
	<u>(136)</u>	<u>8.244</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações tributárias	(11.633)	(4.542)
Fornecedores	3.006	(2.950)
Obrigações sociais e trabalhistas	205	(297)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(402)
Outros passivos	(43)	8
	<u>(8.465)</u>	<u>(8.183)</u>
Pagamento de debêntures (juros)	(4.524)	(24.863)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	(1)	(15)
	<u>(4.525)</u>	<u>(24.878)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.616	13.617
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		
Compra de imobilizado	-	(168)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-	(168)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		
Pagamento arrendamento mercantil	(640)	(606)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	(1.031)	(1.242)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(1.671)	(1.848)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(55)	11.601
Saldo no início do período	97	1.704
Saldo no final do período	42	13.305
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(55)	11.601

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstração do valor adicionado para os trimestres findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019**

(Em milhares de reais)

	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Receitas	69.538	73.661
Venda de energia	61.368	73.661
Provisão para contingências cíveis	7.547	-
Outras receitas	623	-
Insumos adquiridos de terceiros	(21.286)	(24.776)
Custo de venda de energia	(14.409)	(5.962)
Serviços de terceiros	(4.418)	(8.643)
Materiais e outros	(2.459)	(10.171)
Valor adicionado bruto	48.252	48.885
Depreciação e amortização	(17.516)	(15.943)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	30.736	32.942
Valor adicionado recebido em transferência	382	412
Receitas financeiras	382	412
Valor adicionado a distribuir	31.118	33.354
Valor adicionado distribuído	31.118	33.354
Pessoal	3.093	3.188
Remuneração direta	1.948	2.142
FGTS	163	175
Benefícios	982	871
Tributos	5.660	8.848
Estaduais	-	1
Federais	5.660	8.847
Remuneração de capitais de terceiros	54.254	56.931
Aluguéis	8.148	1.376
Despesas financeiras	46.106	55.555
Remuneração de capitais próprios	(31.889)	(35.613)
Prejuízo do período	(31.889)	(35.613)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM 480, com sede em Igarassu/PE - Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 kW cada, totalizando 200,79 MW de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044. Em 19 de dezembro de 2019, através do Despacho nº 3.631, a ANEEL suspendeu a operação comercial de duas unidades geradoras, de 8.730 kW cada

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também controlada pela Bolognesi Energia S.A.

Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$594.620 (R\$601.959, em 31 de dezembro de 2019), prejuízos acumulados de R\$525.482 (R\$493.593, em 31 de dezembro de 2019) e, em 30 de junho de 2020 o patrimônio líquido (passivo a descoberto) é de R\$354.435 (R\$322.546 em 31 de dezembro de 2019) em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto a seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures e a totalidade da receita variável foi cedida fiduciariamente ao banco Itaú-Unibanco S.A, a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da administração em renegociar seus passivos com credores financeiros.

Notas Explicativas

A administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o ano de 2019, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

Caso a Companhia deixe de honrar seus parcelamentos tributários, o passivo tributário poderá voltar a ser na ordem de R\$39 milhões, sujeito a aplicação de multas e juros. Caso a Companhia deixe de honrar compromissos com fornecedores, poderá ser objeto de ações de execuções que podem resultar na decretação de insolvência ou mesmo falência da Companhia. No caso de falência da Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Energia será rescindido automaticamente, exaurindo as garantias líquidas dos credores financeiros.

Processo de investigação independente

Dada a inclusão de determinadas partes relacionadas e determinados fundos de pensão que são investidores indiretos na Companhia em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada "Greenfield", a Diretoria aprovou em 29 de setembro de 2016 a contratação de uma auditoria forense independente para realizar processo de investigação independente sobre as contas e procedimentos da Companhia dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I") e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"), embora a Companhia não tenha sido diretamente citada nas investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras. I. Este trabalho tem por objetivo realizar a investigação forense, visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilícitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, bem como, possíveis envolvimento de seus acionistas e ex-administradores.

O trabalho consiste na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela auditoria forense independente.

O escopo contempla a revisão de *Integrity Due Diligence (IDD)* dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo do trabalho, a auditoria forense independente apontou preliminarmente, em março de 2017, que o controle interno da Companhia apresentava algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, ausência de aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras que orientassem o processos de cotação e aquisição, relacionado à contratação de fornecedores.

Em 07 de maio de 2018, foi firmada outra proposta de prestação de serviços de auditoria forense com a mesma empresa independente responsável pelas Fases I e II anteriores, denominada "Fase III", contendo o mesmo objetivo e escopo das demais

propostas, entretanto, as análises seriam realizadas nos documentos localizados pela atual administração da Mesa Participações S.A. (controladora da Companhia).

Notas Explicativas

Para a Fase III, os profissionais da empresa independente contratada, além das análises documentais realizadas nos documentos disponibilizados, a fim de obter evidências e informações adicionais, realizaram uma visita “in loco” na sede da Companhia, atualmente em pleno funcionamento.

Em março de 2019, foi emitido o relatório da “FASE III” sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente relatados nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias da Companhia, destacando, no tocante aos valores pagos aos fornecedores, que dentre os 39 fornecedores selecionados, não foram apresentados documentos comprobatórios para 23% da amostra. No entanto, a Companhia continua trabalhando para sanar as pendências restantes, por meio de análise contábil e solicitação de documentos perante fornecedores, de modo a contratar a atualização do relatório quando do levantamento das informações pendentes.

Em face das limitações de responsabilidade da “FASE III”, descrito anteriormente, em 13 de junho de 2019, foi firmada nova proposta de prestação de serviços de auditoria independente, denominada “FASE IV”, cujo escopo incorporava procedimentos adicionais. Considerada como complemento das fases anteriormente realizadas, teve como objetivo:

- (I) Eliminação das pendências de documentos e informações apresentadas nos relatórios anteriores, tendo em vista a limitação de responsabilidade relativa à ausência de comprovantes de aquisição de bens e prestação de serviços;
- (II) Atualização dos procedimentos de Background Check realizados com base em consulta de dados online e pesquisas de mídias negativas para principais profissionais considerados “chave”, assim como uma lista de funcionários públicos que tiveram relacionamento direto e indireto com a Companhia durante as etapas anteriores até 31/05/2019;
- (III) Atualização de pesquisas de mídias negativas a fim de identificar eventuais novas pessoas físicas e/ou jurídicas que possam ser incluídas em lista de custodiantes;
- (IV) Coleta de back up de e-mails, arquivos da rede, *lap tops* e discos rígidos para execução de análise forense a partir de uma lista de custodiantes relevantes elaborada pelo auditor; e
- (V) Realização de entrevistas com Diretores e/ou colaboradores remanescentes do período de análise para estabelecer a natureza da prestação de serviços das empresas e buscar comprovação da efetiva comprovação.

Em outubro de 2019, foi emitido o relatório da “Fase IV”, onde o auditor forense concluiu que a Controladora da Companhia apresentou documentações e informações suportes que comprovaram a ocorrência das prestações de serviços e/ou compras de bens para 100% (cem por cento) do imobilizado, subsistindo pendência de entrega de documentação de suporte para o montante de R\$ 3,7 milhões, dos quais R\$ 1,6 milhões refere-se a empresas cujos sócios atuavam nas empresas da Controladora, e tinham uma rotina administrativa dentro da Companhia, atuando na área jurídica, financeira, bem como nos projetos de implantação e gestão das plantas.

Quanto às fragilidades relacionadas ao processo de contratação de fornecedores apontadas nos relatórios das primeiras fases, a Controladora da Companhia envidou todos os seus esforços na melhoria contínua de seus procedimentos, introduziu controles para assegurar a aplicação dos princípios de competitividade, confidencialidade, segregação de funções, rastreabilidade do processo de compras e conformidade em geral. Entre estas melhorias, destaca-se a implantação da Política de Aquisição de Bens e Serviços e seus procedimentos, além da implantação do sistema ERP da Companhia (Sistema Integrado de Gestão Empresarial).

Até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias, a Controladora não foi formalmente requisitada a providenciar esclarecimentos ao Ministério Público Federal sobre a investigação conduzida por este órgão.

Notas Explicativas

Covid – 19

Impactos

A administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do novo Coronavírus (Covid-19), assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia brasileira e global.

Visto o contexto o qual a Companhia está inserida, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a administração entende que até a data de apresentação destas informações contábeis intermediárias, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos.

A administração da Companhia seguirá observando e monitorando o desenvolvimento desta situação.

No período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2020, com a finalidade de manter os compromissos financeiros e manutenção dos empregos, os fluxos de caixa estão sendo reprogramados, através de: **(i)** postergação do recolhimento de tributos, através da adesão à Medida Provisória nº 927/2020; **(ii)** negociação com fornecedores para postergação de pagamentos; **(iii)** negociação com as instituições financeiras, com a finalidade de postergar o pagamento de determinadas dívidas; **(iv)** dentre outras ações.

Adicionalmente, com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela OMS, foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa ("home office") e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco; **(ii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iii)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(v)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19.

2. Base de preparação e políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes a 30 de junho de 2020, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITRs).

Nas presentes informações contábeis intermediárias, a administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração em 14 de agosto de 2020.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Bancos - conta corrente	38	24
Aplicações financeiras	4	73
Total	<u>42</u>	<u>97</u>

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,96% do CDI em 30 de junho de 2020 (101,93% do CDI, em 31 de dezembro de 2019).

4. Contas a receber

O saldo em 30 de junho de 2020, no montante de R\$16.466 (R\$16.098, em 31 de dezembro de 2019), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e também pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessária a registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
IRPJ	453	-
IRRF	1.554	2.344
CSLL	1.002	1.002
PIS/COFINS	1.490	11.258
Outros	29	29
Total	<u>4.528</u>	<u>14.633</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS, PIS e Cofins, na alíquota total de 5,85%, aplicável às vendas de energia elétrica para órgãos da administração pública.

6. Estoques

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Óleo combustível pesado (HFO - Heavy Fuel Oil)	7.605	7.558
Peças para manutenção	9.739	9.926
Estoque de peças em poder de terceiros	206	206
Total	<u>17.550</u>	<u>17.690</u>

Notas Explicativas

7. Depósitos vinculados - contas reserva

A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: **(i)** ao Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes, e **(ii)** ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Em 30 de junho de 2020, a remuneração média das contas reservas é de 99,96% do CDI (102% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A estrutura das contas é a seguinte:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Conta centralizadora (a)	9.777	2.929
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	12	11
Conta reserva garantia (ONS) (c)	<u>4.573</u>	<u>2.252</u>
Total	<u>14.362</u>	<u>5.192</u>

- (a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;
- (b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo;
- (c) Refere-se aplicação financeira cedida em favor do banco ABC em decorrência de emissão de fiança bancária para a ONS.

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1ª de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 18 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Ao longo do ano de 2018, a Companhia e Debenturista entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora até 10 de setembro de 2020, conforme petição homologada em 04 de março de 2020 na seguinte proporção:

- (a) 66,17% (sessenta e dezessete inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (b) 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (c) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Notas Explicativas

8. Imobilizado

A. Composição do saldo

Composição do saldo					
Itens	Taxa de depreciação	30.06.2020			31.12.2019
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		424.057	156.407	267.650	283.800
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	33.828	13.301	20.527	21.901
Máquinas e equipamentos	7,10%	390.024	142.992	247.032	261.793
Veículos	14,29%	87	53	34	38
Móveis e utensílios	16,65%	118	61	57	68
Usinas - imobilizado em curso		7.134	-	7.134	7.134
Material em depósito		7.134	-	7.134	7.134
Sistema de transmissão e conexão - Imobilizado em serviço		25.366	8.358	17.008	17.997
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	1.828	627	1.201	1.275
Máquinas e equipamentos	7,10%	23.538	7.731	15.807	16.722
		456.557	164.765	291.792	308.931

Movimentação do imobilizado					
	31.12.2019	Adições	Depreciação	Baixas	30.06.2020
Usinas - Imobilizado em serviço	283.800	-	(16.150)	-	267.650
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.901	-	(1.374)	-	20.527
Máquinas e equipamentos	261.793	-	(14.761)	-	247.032
Veículos	38	-	(4)	-	34
Móveis e utensílios	68	-	(11)	-	57
Usinas - imobilizado em curso	7.134	-	-	-	7.134
Material em depósito	7.134	-	-	-	7.134
Sistema de transmissão e conexão - Imobilizado em serviço	17.997	-	(989)	-	17.008
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.275	-	(74)	-	1.201
Máquinas e equipamentos	16.722	-	(915)	-	15.807
	308.931	-	(17.139)	-	291.792

Notas Explicativas

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA).

Do ativo imobilizado, dois transformadores de força de 10 até 350 KVA com valor contábil de R\$6.067 são dados em garantia de operação com o Banrisul (Nota Explicativa nº 14).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

As premissas gerais adotadas foram:

- Data-base da avaliação: 31 de dezembro de 2019;
- Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- Período de projeção: de 1ª janeiro de 2020 até o final do período do *Power Purchase Agreement* - PPA (31/12/2027);
- Moeda de projeção: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data base destas informações contábeis intermediárias em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

9. Direito de uso - arrendamento mercantil

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 30 de junho de 2020 são:

Saldos em 31.12.2019	5.217
Amortização	<u>(377)</u>
Saldos em 30.06.2020	4.840

Notas Explicativas

Segue a movimentação do passivo:

Saldos em 31/12/2019	5.667
Variação Monetária	402
Pagamento	(640)
Saldos em 30/06/2020	5.429
Circulante	593
Não Circulante	4.836

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31/10/2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 30 de junho de 2020 são conforme segue:

Fluxo de Pagamento

30 de junho de 2020	Fluxo Contratado	Até 12 meses	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivo de arrendamento	5.429	593	4.437	399

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 30 de junho de 2020, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

A Companhia possui R\$ 314.381 referente a saldo de prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

Alíquota efetiva

	30.06.2020	30.06.2019
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(31.889)	(35.613)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(10.842)	(12.108)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	<u>10.842</u>	<u>12.108</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

11. Fornecedores

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa 16)	2.100	2.100
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.962	1.569
Materiais e serviços (i)	75.963	73.358
Outros	8	-
Total	<u>80.033</u>	<u>77.027</u>
Circulante	28.759	63.977
Não Circulante	51.274	13.050

- (i) Dentre os fornecedores da rubrica materiais e serviços, há saldo de R\$45.910 (R\$48.973 em 31 de dezembro de 2019) com a Petrobrás Distribuidora S.A. referente a fornecimento de óleo combustível HFO. Esse saldo com a Petrobrás, referem-se a títulos em atraso, e que foram renegociados. Da mesma forma, há saldo de R\$5.476 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2019) com a BP North America Petroleum decorrente de *Demurrage* (sobreestadia) de óleo HFO.

Em 14 de setembro de 2017, houve renegociação firmada com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda. no montante principal de R\$14.600, que, conforme acordo, deve ser corrigido pela variação positiva do IPCA, totalizando R\$13.418 (R\$14.236 em 31 de dezembro de 2019). A dívida será paga em 108 (cento e oito) prestações mensais e consecutivas. O pagamento das parcelas teve início em janeiro de 2019 e possui término previsto para dezembro de 2027.

12. Obrigações tributárias

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.317	1.321
CIDE - combustíveis - Contribuição de intervenção no domínio econômico	878	878
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS (i)	9.834	14.147
PIS e COFINS s/faturamento	3.085	10.419
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	197	237
Outros tributos	455	397
Total	<u>15.766</u>	<u>27.399</u>
Circulante	15.008	21.849
Não circulante	758	5.550

O saldo de imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) refere-se basicamente ao diferencial de alíquotas sobre compra de Óleo HFO e de ativo fixo para construção da usina. Em 2016 e 2017, a Companhia realizou o parcelamento dos montantes em aberto em 60 prestações.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor Contratado	Saldo Devedor	Saldo Devedor	
BANRISUL	5.420	79	607	
Itaú Unibanco	69.521	105.301	101.055	
		105.380	101.662	

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Financiadores / Credores	Valor			Data			Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	30.06.2020			31.12.2019		
	Contratado	Modalidade	Taxas	Contratação	Início	Término				Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
BANRISUL	5.420	Finame	2,5%a.a.	22/11/12	15/06/14	15/06/20	72	71	1	72	64	8			
Itaú Unibanco*	69.521	Capital Giro	5,75%a.a.+CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1			

(*) Não houve renegociação das dívidas. Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários sobre o vencimento antecipado automático das Debêntures. Conforme cláusulas de vencimento antecipado dos contratos de empréstimos e financiamentos, as demais dívidas também podem ser consideradas vencidas antecipadamente diante da notificação de vencimento antecipado de outra dívida financeira. Por esse motivo, o saldo de vencimentos de longo prazo foi reclassificado em sua integralidade para o passivo circulante.

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	30.06.2020	31.12.2019
Saldo inicial	101.662	92.281
Atualização de empréstimos	4.750	11.012
(-) Pagamentos de juros	(1)	(21)
(-) Pagamentos de principal	(1.031)	(1.610)
Saldo final	105.380	101.662

Garantias e cláusulas restritivas

Itaú Unibanco

Como garantia da operação com o Itaú Unibanco, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infra Estrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à Receita Variável dos Contratos de Compra e Venda de Energia.

Banrisul

Como garantia da operação com o Banrisul, são concedidos, em alienação fiduciária à referida instituição financeira, bens com valor contábil de R\$6.067, correspondentes a dois transformadores de força de 10 até 350 KVA, conforme Nota Explicativa nº 8.

As principais cláusulas restritivas, que poderão considerar as dívidas como vencidas antecipadamente são:

- Falta de cumprimento pela emitente e/ou por qualquer avalista coobrigado, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente da cédula ou de qualquer outra dívida financeira de responsabilidade da emitente e/ou de qualquer avalista coobrigado;
- Se a emitente tiver requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora;
- Mudança no estado econômico-financeiro da emitente e/ou de qualquer avalista coobrigada;
- Se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela emitente, pelo(s) avalista(s) coobrigada(s) ou por outros garantidores, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo credor.

Notas Explicativas

14. Pesquisa e desenvolvimento

	Pesquisa e Desenvolvimento			
	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2019	9.169	4.597	8.824	22.590
Provisão	556	279	-	835
Juros	14	7	-	21
Multa	222	111	222	555
Atualização Selic	-	-	145	145
Saldo em 30.06.2020	9.961	4.994	9.191	24.146

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos

15. Partes relacionadas

	30.06.2020		31.12.2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Estoques em poder de terceiros	206	-	206	-
Borborema Energética S.A. (ii)	206	-	206	-
Partes relacionadas	42.012	41.853	42.012	41.853
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	1	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	230	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	94	-
Hidrotérmica S.A. (v)	285	-	284	-
Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	25.175	-	25.176	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	-	6.060	-	6.060
Brasiterm Energia S.A. (v)	-	54	-	54
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	9	-	9
São Paulo Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	26	-	26
Vêneto Energética S.A. (v)	-	6	-	6
Autódromo Energia S.A. (v)	-	216	-	216
Multiner S.A. (iii)	-	33.126	-	33.126
Borborema Energética S.A. (ii)	16.227	2.350	16.227	2.350
Fornecedores	-	2.099	-	2.099
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	2.099	-	2.099
Total	42.218	43.952	42.218	43.952

- (i) Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

A partir de outubro de 2016, com a obtenção de liminar que veda à ANEEL a aplicação de qualquer sanção à Companhia, em decorrência de indisponibilidade ou entrega a menor de energia, desde o atingimento de 12.577 horas de operação, não foi mais necessário recorrer à compra de energia para recomposição de lastro.

Notas Explicativas

- (ii) A Companhia possui saldo de estoque (R\$16.227) refere-se a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A bem como empréstimos de peças (R\$206). Durante 2018 a companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1ª de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP).
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17.
- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a administração está avaliando o melhor momento para liquidar saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Remuneração da administração

A administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos abriram mão de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia.

16. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	Encargos	30.06.2020	31.12.2019
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	484.050	454.942
Custo de transação		(8.370)	(8.843)
	Circulante	<u>475.680</u>	<u>446.099</u>
	Total de debêntures emitidas	<u>475.680</u>	<u>446.099</u>

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição da multa e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de "waiver" referente à amortização das debêntures da 2ª, 3ª e 4ª séries.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutirá a garantia da totalidade da receita fixa no repagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$41.092 das debêntures da 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Via liminar, assinada em 14 de setembro de 2017, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1º de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e conseqüente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; (iv) alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018 (décima quinta data), os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- (a)** 66,17% (sessenta e seis inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a TEPE III;
- (b)** 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (c)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro ("Processo do Rio de Janeiro"), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Notas Explicativas

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia, aprovar as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores e auto reguladores incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local. Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento das Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de "Debêntures em Circulação" contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Decisão de Tutela Antecipada

Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o agente fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7.5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal.

Notas Explicativas

Foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar os assuntos, conforme demonstrado abaixo:

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
11/01/2019	10h 30'	<p>(i) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11h, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP;</p> <p>(ii) aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, após a aprovação dos Debenturistas, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 5 de fevereiro de 2018 entre Pentágono S.A.; DTVM, ("Agente Fiduciário").</p> <p>(iii) Autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados;</p> <p>(iv) Autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro;</p> <p>(v) Reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva; e</p> <p>(vi) autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens (i) ao (v) da Ordem do Dia;</p> <p>A Assembleia foi reaberta em 23 de janeiro de 2019 às 10 horas</p>	<p>Não houve quórum</p> <p>Não houve quórum</p> <p>Não houve quórum</p> <p>Não houve quórum</p> <p>Não houve quórum</p>
23/01/2019	10h 00'	<p>(i) sustar os efeitos do Vencimento Automático;</p> <p>(ii) liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios;</p> <p>(iii) autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas;</p> <p>(iv) caso não aprovado o item (i) acima, autorizar o Agente Fiduciário, a retirar as Debêntures da B3; e</p> <p>(v) autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia.</p> <p>A Assembleia foi reaberta em 17 de abril de 2020 às 10 horas</p>	<p>Suspender para próxima AGD</p> <p>Suspender para próxima AGD</p> <p>Suspender para próxima AGD</p> <p>Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas</p> <p>Suspender para próxima AGD</p>
23/01/2019	10h 30'	<p>(i) Aprovar ou ratificar, aditivo prevendo a renovação do acordo;</p> <p>(ii) Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM;</p> <p>(iii) Autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados;</p> <p>(iv) Autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro;</p> <p>(v) Reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva; e</p> <p>(vi) Autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias.</p> <p>A Assembleia foi reaberta em 17 de abril de 2019 às 10 horas e 30 minutos</p>	<p>Aprovaram a renovação do Acordo</p> <p>Aprovaram a celebração do Termo de Rerrat</p> <p>Aprovaram a renovação do contrato</p> <p>Aprovaram a renovação do contrato</p> <p>Reavaliaram os valores retidos</p> <p>Suspender para próxima AGD</p>

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
17/04/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 12 de junho de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
17/04/2019	10h 30'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 12 de junho de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
12/06/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 17 de setembro de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
12/06/2019	10h 30'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 17 de setembro de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
17/09/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 16 de outubro de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
17/09/2019	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 16 de outubro de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
16/10/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 13 de novembro de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
16/10/2019	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 13 de novembro de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
13/11/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 04 de dezembro de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
13/11/2019	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 04 de dezembro de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
04/12/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 18 de dezembro de 2019 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
04/12/2019	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 18 de dezembro de 2019 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
18/12/2019	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 22 de janeiro de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
18/12/2019	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 22 de janeiro de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
22/01/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 12 de fevereiro de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
22/01/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 12 de fevereiro de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
12/02/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 19 de fevereiro de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
12/02/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 19 de fevereiro de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
19/02/2020	10h 00'	Itens (i), (ii) e (v) Item (iii) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 04 de março de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Aprovaram o reembolso da penalidade da suspensão Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
19/02/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 04 de março de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
04/03/2020	10h 00'	Itens (i), (ii) (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 17 de março de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
04/03/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 17 de março de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
17/03/2020	10h 00'	Itens (i), (ii) (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 01 de abril de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
17/03/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em reaberta em 01 de abril de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
01/04/2020	10h 00'	Itens (i), (ii) (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 09 de abril de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
01/04/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 09 de abril de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
09/04/2020	10h 00'	Itens (i), (ii) (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 17 de abril de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
09/04/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 17 de abril de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
17/04/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 30 de abril de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
17/04/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 30 de abril de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
30/04/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 12 de maio de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
30/04/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 12 de maio de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
12/05/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 27 de maio de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
12/05/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 27 de maio de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
27/05/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 03 de junho de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
27/05/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 03 de junho de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
03/06/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 11 de junho de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
03/06/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 11 de junho de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
11/06/2020	10h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 22 de junho de 2020 às 15 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
11/06/2020	10h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 22 de junho de 2020 às 15 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
22/06/2020	15h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 22 de junho de 2020 às 15 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
22/06/2020	15h 30'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 22 de junho de 2020 às 15 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

Notas Explicativas

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
29/06/2020	15h 00'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 15 de julho de 2020 às 09 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
29/06/2020	15h 30'	Itens (i), (ii), (iii) e (v) Item (iv) Item (vi) A Assembleia foi reaberta em 15 de julho de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

A íntegra das atas de assembleia geral de debenturistas, encontra-se disponíveis no sitio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Notas Explicativas

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 06, 19 e 28 de fevereiro, 30 de março, 20 de abril e 05 de junho de 2020, a Companhia efetuou os pagamentos referente à deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 17 de abril de 2019, onde foi deliberado pela prorrogação do acordo temporário entre a Companhia e os detentores das Debêntures até 10 de março de 2020, ocorrendo pagamentos mensais que serão previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas.

Movimentação de debêntures

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial	(446.099)	(394.703)
Pagamento de juros com conta reserva	4.525	42.167
Apropriação Juros	(14.988)	(30.128)
Atualização de debêntures	(2.009)	(20.594)
Multa sobre atraso no pagamento	(16.637)	(41.978)
Amortização de custo de transação	(472)	(863)
Saldo final	<u>(475.680)</u>	<u>(446.099)</u>

17. Provisão para passivos contingentes

a) Causas prováveis

Os montantes apresentados no quadro abaixo referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia:

	<u>30.06.2020</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2019</u>
Não circulante			
Cível (i)	-	(11.698)	11.698
Total	<u>-</u>	<u>(11.698)</u>	<u>11.698</u>

- (i) Trata de execução proposta por fornecedor de prestação de serviço em face de Multiner, PIII, Termopower V e VI, diante de suposta taxa de sucesso que a exequente faria jus proporcional à redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas de propriedade das Executadas, diante de contrato estabelecido entre as partes. Foi realizado laudo pericial que resta pendente de esclarecimentos por parte do perito.

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando abaixo:

	<u>30.06.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Cível (i)	13.763	1.034
Tributário (ii)	449	444
	<u>14.212</u>	<u>1.478</u>

- (i) Tratam-se de ações de cobrança de fornecedores em que solicitam indenização em razão de encerramento da prestação de serviços;

- (ii) Trata-se de processo administrativo tributário junto à Receita Federal, o qual consiste em requerimento feito pela Termelétrica Pernambuco III S.A., para pagamento de quitação antecipada (RQA) de parcelamento anteriormente aderido na modalidade da Lei nº 12.996/14, cujo débito tributário parcelado referia-se a IOF. Deste processo administrativo, foi formado outro de nº 10480.721815/2016-08, que consiste na revisão e efetiva consolidação do débito para a quitação antecipada.

No trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta R\$ 262 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é de R\$171.048 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes à 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese do judiciário concordar com o pleito da requerente.

	30.06.2020		31.12.2019	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período/ exercício.

Prejuízo básico por ação	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo por período	(31.899)	(35.613)	(15.265)	(15.726)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(1,22)	(1,36)	(0,58)	(0,60)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

Notas Explicativas**19. Receita operacional líquida**

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta de vendas				
Fixa	63.670	68.635	29.737	33.974
Variável	1.773	5.026	681	2.139
Energia de curto prazo - CCEE	-	-	-	(3)
	<u>65.443</u>	<u>73.661</u>	<u>30.418</u>	<u>36.110</u>
Deduções da receita bruta				
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(5.714)	(6.814)	(2.880)	(3.341)
Pesquisa e desenvolvimento	(840)	(958)	(412)	(621)
Descontos s/ vendas (i)	(4.074)	-	-	-
	<u>(10.628)</u>	<u>(7.772)</u>	<u>(3.292)</u>	<u>(3.962)</u>
Receita operacional líquida	<u>54.815</u>	<u>65.889</u>	<u>27.126</u>	<u>32.148</u>

Notas Explicativas

- (i) Em 29 de abril de 2020, a Companhia publicou Fato Relevante tendo em vista a revogação pelo TRF1 da medida liminar protetiva que impedia a cobrança das penalidades e glosas pretéritas referentes ao período de vigência da liminar anterior, a Companhia informa que teve, parcialmente, o faturamento de sua receita fixa operacional de abril de 2020 retida pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE);
- (ii) Os descontos tratam-se de penalidade DOMP - Despacho por Ordem de Mérito por Preço Ajustado. retenção mensal dos resultados referente à apuração da Receita de Venda no mês de janeiro de 2020.

20. Custos operacionais

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2020</u>	<u>30.06.2019</u>
Comercialização de energia - CCEE (i)	(1.991)	(132)	(172)	(37)
Compra Energia MCP	(1.067)	-	(1.067)	-
Energia Elétrica - Lastro	(2.503)	-	(2.503)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão (ii)	(6.520)	(6.291)	(3.286)	(3.136)
Pessoal	(3.123)	(3.417)	(1.533)	(1.505)
Combustíveis e lubrificantes (iii)	(1.691)	(5.507)	(262)	(1.640)
Materiais	(1.619)	(428)	(583)	(428)
Armazenagem (iv)	(8.104)	(7.127)	(4.052)	(3.623)
Fretes	(253)	(12)	(114)	(11)
Manutenção e conservação - Overhaul	-	(2.858)	-	(653)
Depreciação e amortização	(17.516)	(15.942)	(8.758)	(7.947)
Serviços de vigilância e limpeza	(206)	(497)	(107)	(165)
Seguros	(508)	(533)	(254)	(533)
Outros	(1.466)	(1.612)	(835)	(611)
Total de custos	(46.567)	(44.356)	(23.526)	(20.289)

- (i) Os gastos com comercialização de energia referem-se à energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iii) Os gastos com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia. Em 2020, houve redução do custo, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido à menor geração, e consequente, menor consumo de combustíveis;
- (iv) Os gastos com armazenagem estão relacionados à estocagem de óleo por terceiros. Quando há processo de transporte desse óleo estocado por terceiros, o custo fixo com armazenagem é classificado como custo dos estoques no ativo e é baixado via consumo de óleo na conta de combustíveis, e quando o custo fixo de armazenagem está relacionado a óleo que não está sendo utilizado na operação, esse custo é alocado como armazenagem. Em 2020, o aumento do custo de armazenagem, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, se deve ao custo fixo da estocagem.

Notas Explicativas

21. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Outras receitas (despesas)

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Impostos e taxas	(18)	(69)	(12)	(40)
Serviços de terceiros (administrativos/jurídicos) (i)	(2.099)	(1.246)	(929)	(262)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(4)	-	(2)	-
Despesas com condução e locomoção	-	(10)	-	(1)
Despesas com pessoal	(575)	(344)	(301)	(325)
Despesas de informática	(5)	(64)	-	(22)
Outros	114	(148)	347	18
Total de despesas	(2.587)	(1.881)	(897)	(632)

(i) Aumento na rubrica em 30 de junho de 2020 de serviços de terceiros deve-se principalmente pelos honorários advocatícios devidos aos acordos com fornecedores no montante de R\$ 833.

b) Outras receitas (despesas)

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Recuperação de outras despesas	19	4	18	4
Outras receitas	623	-	336	2
Provisão (Reversão) para contingências (ii)	7.547	(179)	-	-
Total de outras receitas (despesas), líquidas	8.189	(175)	354	6

(ii) A provisão para contingências refere-se a processo cível, conforme Nota Explicativa nº 17.

22. Resultado financeiro, líquido

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	2020	2019	2020	2019
Receita sobre aplicação financeira	49	288	9	162
Juros recebidos	-	71	-	52
Descontos obtidos	(1)	1	-	1
Variação cambial ativa	32	-	30	-
Variação monetária ativa	302	33	302	11
Total de receitas financeiras	382	393	341	226
Juros das debêntures	(15.101)	(17.234)	(4.691)	(8.823)
Juros de financiamentos	(4.750)	(5.515)	(2.235)	(2.819)
Amortização do custo das debêntures	(472)	(419)	(241)	(215)
Juros passivos	(416)	(110)	401	1.766
Variações monetárias passivas	2.556	(1.523)	(538)	(1.153)
Variação monetária debêntures	(2.010)	(7.502)	1.832	(3.937)
Variação cambial passiva	-	(11)	-	33
Multas (ii)	(25.785)	(22.492)	(13.139)	(11.485)
Despesas bancárias	(56)	-	(46)	-
IOF (i)	(87)	(677)	(6)	(590)
				38
Total de despesas financeiras	(46.121)	(55.483)	(18.663)	(27.185)
Resultado financeiro líquido	(45.739)	(55.090)	(18.322)	(26.959)

(i) Os valores de IOF refere-se a aplicações financeiras e seguros.

(ii) Refere-se principalmente à incidência de multa sobre o atraso no pagamento das debêntures, conforme Nota Explicativa nº 16.

Notas Explicativas

23. Seguros

Em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros era a seguinte:

	Limite de indenização	Vigência
Responsabilidade Civil Geral - D&O	100.000	06.08.2020
Responsabilidade Civil Geral - Ambiental	100.000	06.08.2020
Risco Operacional - Danos Materiais e Lucros Cessantes	137.589	17.01.2021
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26.04.2021
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	203	30.10.2020

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração	Nível	30.06.2020		31.12.2019		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	42	42	97	97
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	16.466	16.466	16.098	16.098
Depósitos vinculados - Conta reserva	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	14.362	14.362	5.192	5.192
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	42.012	42.012	42.012	42.012
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	80.700	80.700	77.027	77.027
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	41.853	41.853	41.853	41.853
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	105.380	111.116	101.662	82.051
Debêntures (*)	Custo amortizado	Nível 2	484.050	554.398	446.099	446.099

(*) O saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 8.371 (R\$ 8.843 em 31 de dezembro de 2019).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: o contas a receber decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1^a de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

30 de junho de 2020	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	3 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	28.759	28.759	17.086	1.745	1.745	3.490	4.693
Partes relacionadas	41.853	41.853	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	105.380	105.380	105.380	-	-	-	-
Debêntures	475.680	475.680	563.010	-	-	-	-

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e também pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2020

A administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 30 de junho de 2020. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

30/06/2020				
-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
365.991 (185.196)	458.900 (92.287)	551.187 -	644.716 93.529	737.625 186.438
-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
111.043 104	110.993 54	110.939 -	110.886 (54)	110.832 (107)

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a BP North America Petroleum decorrente de *Demurrage* (sobrestadia) de óleo HFO. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

Notas Explicativas

25. Eventos subsequentes

Pagamento de juros remuneratórios

Em 07 de julho e 07 de agosto de 2020, a PIII efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar os assuntos, conforme demonstrado a seguir:

Data	Horário	Ordem do dia	Deliberação
15/07/2020	9h 30'	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 30 de julho de 2020 às 11 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
15/07/2020	10h 30'	Itens (i), (ii) e (v) Item (iii) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 30 de julho de 2020 às 9 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 19/02/2020, 12/05/2020 e 29/06/2020 Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
30/07/2020	9h 30'	Itens (i), (ii) e (v) Item (iii) Item (iv) A Assembleia foi reaberta em 14 de agosto de 2020 às 9 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 19/02/2020, 12/05/2020 e 29/06/2020 Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
30/07/2020	11h	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia foi reaberta em 14 de agosto de 2020 às 10 horas	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'
14/08/2020	9h 30'	Itens (i), (ii) e (v) Item (iii) Item (iv) A Assembleia será reaberta em 28 de agosto de 2020 às 9 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 19/02/2020, 12/05/2020 e 29/06/2020 Tratado na AGD 09/08/2018 às 10 horas
14/08/2020	10h	Itens (i), (v) e (vi) Itens (ii), (iii) e (iv) A Assembleia será reaberta em 28 de agosto de 2020 às 10 horas e 30 minutos	Suspender para próxima AGD Tratado na AGD 23/01/2019 às 10h 30'

A íntegra das atas de Assembleia Geral de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da PIII <http://www.utepeiii.com.br/>.

Aviso aos Debenturistas

Em 11 de agosto de 2020 a Companhia publicou Aviso aos Debenturistas, comunicando o recadastramento das Debêntures.

Em razão do vencimento antecipado das Debêntures ocasionada pelo descumprimento das obrigações pecuniárias determinadas na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 31 de agosto de 2017 ocorrida às 11h, 12h, 12h30, os referidos ativos foram retirados do sistema da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”) na data de 13 de agosto de 2018.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 17 de setembro de 2019 às 10h30 os Debenturistas, constaram em ata que a Emissora deveria tomar as providências quanto ao recadastramento das Debêntures perante à B3. Em observância a essas solicitação, a Emissora, presando pelas melhores práticas de mercado, vem a público informar que irá iniciar o processo de recadastramento, o qual possibilitará o registro das Debêntures em nome do respectivo titular que esteja com o cadastro devidamente atualizado na B3, bem como a oportuna liquidação do pagamento de eventos devidos pela Companhia.

As características das Debêntures a serem recadastradas no sistema da B3 observarão os documentos originais da Emissão, bem como eventual alteração de característica das Debêntures decorrente do acordo judicial, sendo aplicadas aos referidos ativos as regras da B3 relativas a valores mobiliários registrados.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

14/agosto/2020

À: Termelétrica Pernambuco III S.A.

À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório sobre a revisão de informações trimestrais no 208CK-003-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório sobre a revisão de informações trimestrais da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 30 de junho de 2020.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani

Sócio

Termelétrica

Pernambuco III S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de junho de 2020

Índice

Página

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais 3

Informações contábeis intermediárias 6

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2020 12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Igarassu – PE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional

IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 30 de junho de 2020 um montante total de prejuízo de R\$ 525.482 mil, e nessa data, o seu passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 594.620 mil. A Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa no 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia e foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as informações intermediárias em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas e revisados por outro auditor independente, cujos relatórios, sem modificação, foram emitidos em 31 de março de 2020 e 29 de novembro de 2019, respectivamente, contendo parágrafos de ênfase sobre os assuntos: (i) “Incerteza relevante sobre continuidade operacional”; e (ii) “Processo de Investigação Independente”, apresentados neste relatório de revisão.

São Paulo, 14 de agosto de 2020

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Informações Contábeis Intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de agosto de 2020, tendo

sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de agosto de 2020.

Igarassu, 13 de agosto de 2020.

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanovic Spyer

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Grant Thornton Auditores Independentes, emitido sobre as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de agosto de 2020.

Igarassu, 13 de agosto de 2020.

Diretor de Relações com Investidores

Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanovic Spyer

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus